



1 **ATA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA**
2 **CULTURAL DE 2021 - VIRTUAL**

3 **05 de Fevereiro de 2021**

4 **Horário: 9h**

5 Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos,
6 através da plataforma virtual Google Meet, a I Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
7 Política Cultural da Paraíba - CONSECULT, teve início, sendo presidida pelo Secretário de
8 Estado da Cultura e Presidente deste Conselho, Damião Ramos Cavalcanti, com a presença do
9 Secretário Executivo e vice-presidente do CONSECULT Milton Dornellas Bezerra Junior e eu,
10 Larissa Maria da Silva Costa, como Secretária Geral.

11 Presentes à Reunião, os Conselheiros Damião Ramos Cavalcanti, Milton Dornellas Bezerra
12 Junior, Lucio Andrade de Figueiredo Rodrigues, Tania Maria Queiroga Nobrega, Anedite
13 Almeida de Freitas, José Ubireval Delgado, Bia Cagliani de Oliveira e Silva, Henrique Jorge
14 Pontes Sampaio, Pedro Daniel de Carli Santos, Vilma Cazé da Silva, Marconi Pereira de
15 Araújo, Edglês Gonçalves da Silva, Leonardo Bandeira Luna de Moraes, Severino Antônio da
16 Silva, José Áfson Farias Cosme, Saturno Segundo Fernandes de Medeiros, Maria do Socorro
17 Freire Franco, Sebastião Sarmiento Braga, Conceição Mayara da Silva e Alexandre
18 Ferreira. Também presente o convidado da Presidência do CONSECULT: Filipe José Brito da
19 Nóbrega – Coordenador da Assessoria Técnico-normativa e Controle Interno da SECULT/PB,
20 Dhyogenes Chaves e Chico Pereira, além dos visitantes: Gabriel Moura – Maracá Cidadania,
21 Jinarla, Representante do Fórum de Artistas Pretas e Pretos na PB, Caio Ceragioli – Conselheiro
22 de Cultural Municipal de João Pessoa, Fernanda Ferreira, integrante do Movimento Negro e
23 Fundadora do Fórum de Artistas Pretos e Pretas, Joana Alves e Deilde Santos.

24 A I Reunião Ordinária do CONSECULT/PB foi iniciada com agradecimentos do Presidente à
25 todos que fizeram a Lei Aldir Blanc ser executada, apesar de todas as dificuldades enfrentadas
26 por todos neste atual momento e pela compreensão de todos. O Vice-Presidente falou dos
27 desafios enfrentados no ano de 2020 por todos os segmentos de trabalho e informou que os
28 recursos que não foram utilizados, assim ficaram por falta de demanda ou por impossibilidade
29 do que foi demandado dentro das questões jurídicas. Além disso, mostrou o relatório de toda
30 ação do PRIMA no ano de 2020.

31 **A) Abertura e Comunicações;**

32 **I. Administração da SECULT:** O Presidente convidou o membro da Equipe Temática e
33 Comissão de Acervo Dhyogenes Chaves, para expor sobre Museu da cidade de João Pessoa.
34 Diógenes explicou o Museu de cidade é histórico, por abordar a história da cidade, inclusive do
35 próprio prédio no qual será, é um Museu antropológico, pois falará também do cidadão, e
36 também de artes visuais que será o tema principal em exibição. Do ponto de vista de uso, ainda
37 se está no plano de estudos, pois para se ter um Museu é algo muito complexo e técnico
38 exigindo muito estudo em várias áreas. Explicou ainda que no primeiro pavimento do prédio,
39 em que se dará o museu, será dedicado à cidade e à figura do personagem João Pessoa que
40 residiu naquele edifício, com bastante tecnologia envolvida, no primeiro andar quartos e salas se
41 transformarão em galerias e salas de exposição de artes visuais. Tudo deverá ser feito em
42 parcerias com as Secretarias, Universidades, e demais Órgãos Públicos. Chico Pereira falou
43 sobre o Museu do Estado da Paraíba, lembrou que a Paraíba tem um grande dimensão histórica,
44 mas que sua história é pouco contada e que o Palácio da Redenção guarda em sua arquitetura a
45 própria história de formação da sua cidade. Em síntese, o que estará no Museu será a formação
46 da Paraíba, desde a conquista do Rio Paraíba, passando pela Paraíba Provincial e os
47 acontecimentos dos sucessivos residentes Presidentes do Estado e também a história da Paraíba
48 contemporânea.

49 O Presidente, então, passou a palavra para Bia Cagliani dar informes sobre o REMA ela, então,



50 trouxe informes sobre o REMA (Registro de Mestre das Artes) comunicando que a Comissão
51 do Rema está se reunindo de forma virtual e que ao todo existem 8 candidatos, sendo que um
52 necessitará de uma diligência por ter havido equívoco no momento da indicação, que foi feita
53 por um Órgão que não está previsto na Lei. Esclareceu que serão dadas três notas, com base em
54 critérios da análise da documentação e que estas notas serão anexadas aos processos dos
55 Mestres candidatos. Disse também que por conta da pandemia, não será possível que os
56 candidatos da Comissão façam a visitação dos candidatos, substituindo estas visitas por um
57 questionário que será enviado a cada um dos candidatos e aos Órgãos que os indicaram, este
58 questionário poderá ser respondido de forma oral ou através de um vídeo simples ou de forma
59 escrita. Bia informou que os membros ser ao sorteados para fazer as avaliações dos candidatos,
60 evitando assim qualquer tipo de favoritismo. O Presidente informou que em breve chegará a
61 complementação de instrumentos musicais, na Secult e que será feito um levantamento das
62 bandas de música do interior para que sejam repassados os instrumentos para estas bandas.

63 **II. Interessados inscritos;**

64 Gabriel Moura, foi o primeiro inscrito e iniciou sugerindo que seja feita uma resolução do
65 Conselho para regular o direito à voz para a participação da sociedade civil, o tempo de fala e
66 como se dará a dinâmica de inscrições. O Presidente agradeceu a sugestão de Gabriel Moura e
67 explicou que há diferença entre os visitantes interessados e os Conselheiros que possuem direito
68 a voz e voto. Jinarla apontou deficiências no setor cultural, como a desvalorização da cultura
69 popular, ausência de editais para pontos de cultura, falta de aplicação da Lei de Cultura Viva na
70 Paraíba e citou o exemplo de Mato Grosso do Sul, na aplicação da Lei Aldir Blanc, que
71 redistribuiu os valores entre os que estavam contemplados para que não sobrasse dinheiro e o
72 Pará que lançou novos Editais com o valor sobressalente e falou também sobre a falta de
73 mapeamento no Estado que, segundo ela, não se tem e precisa-se ter com urgência. Citou, ainda,
74 a necessidade da existência de um trabalho de base que abranja as minorias, a população preta e
75 periférica, que está à margem, não têm acesso à internet para fazer inscrições nos Editais e
76 precisa de apoio e diálogos com o Movimento Cultural. O Presidente do Conselho disse estar de
77 acordo com 90% do que foi dito, mas que se deve reconhecer que a Secretaria de Cultura tem
78 uma visão voltada para as minorias que ela citou, e que é a primeira vez que está dentro do
79 programa da Secretaria, de forma insistente, um trabalho exaustivo com os ciganos, indígenas e
80 quilombolas, inclusive dando assistência nas aldeias e quilombos, de como fazer o pedido da
81 Aldir Blanc. O Presidente falou também sobre a redistribuição do dinheiro que não pode se
82 fazer caridade com o dinheiro público, que tudo deve estar de acordo com a Lei e que há de se
83 verificar o que é possível, ou não, ser feito. Caio Ceragioli concordou com as falas de Jinarla,
84 falou sobre as demandas que a maior parte dos Editais tiveram número de inscritos menores do
85 que se previa e que, do ponto de vista dele, faltou demanda sim, mas que os valores são baixos
86 para assistir aos dez meses de pandemia, nos quais a cultura é a primeira a parar e será a última
87 a retomar suas atividades. Sobre os pontos de cultura, que em outros Estados tiveram espaços
88 abertos em seus Editais, mas que o mesmo não ocorreu na Paraíba. E, para além dos pontos de
89 cultura, não se teve edital específico para a população negra, para a comunidade LGBT, ou seja,
90 que vários caminhos poderiam ser tomados e não concorda que seria caridade a redistribuição.
91 O Presidente falou que no lugar da palavra caridade, que não deve existir nas coisas públicas,
92 mas sim direito, e que reconhece que o trabalhador e a trabalhadora da cultura tem direito, mas
93 que o direito tem o seu limite. Explicou também que não se pode imitar Secretarias de outros
94 Estados que, às vezes, estão preocupadas de como irão prestar contas de suas iniciativas.
95 Fernanda Ferreira falou sobre racismo institucional existente na Paraíba e expôs sua indignação
96 sobre a invisibilidade em torno da população negra, uma vez que a mesma solicitou reuniões
97 com o Estado e não obteve resposta, disse, ainda, que é necessário que exista diálogo entre a
98 população preta e os gestores para que se mude a estruturação racista deste país. O Presidente



99 falou que não concorda com a ideia generalizante de que todo mundo é racista, e que essa ideia
100 peca em ofender que dentro das Instituições, inclusive dentro da Secretaria de Cultura, há
101 pessoas que são completamente ao contrário e que o esforço maior das Secretarias é em favor às
102 minorias. Del Santos expôs seu ponto de vista sobre a Lei Aldir Blanc e disse acreditar que do
103 mesmo modo que cabe ao Estado fazer o Decreto que regulamenta a Lei, também cabe a ele
104 flexibilizar dentro da realidade do seu público. O Secretário sugeriu reunião com Ginarla, Del e
105 Fernanda para tratar sobre os próximos editais. Gabriel Moura sugeriu que seja feita na
106 regulamentação, via Resolução, da participação da Sociedade Civil nas reuniões do Conselho.
107 Sobre a Lei Aldir Blanc Gabriel falou que os editais não foram submetidos ao Conselho, como
108 diz o Decreto de Regulamentação Estadual, e que isto foi uma grande falha, mas que ele
109 reconhece e agradece todo empenho da equipe. Por fim, sugeriu que seja feito Concurso Público
110 para a composição do quando da Secult. Falou ainda sobre o mandato do Conselho, uma vez
111 que, de acordo com ele, se fala em 2(dois) anos, mas não é dito a partir de quando esses anos
112 são contados e sugeriu que sejam contados a partir da posse.

113 **III. Conselheiros**

114 **A) Lei Aldir Blanc: Operacionalização da Comissão de acompanhamento**

115 Relator: Pedro Santos;

116 O Presidente do Conselho antes dar a palavra a Pedro Santos, enfatizou que o mesmo, além de
117 Coordenador Geral da Lei Aldir Blanc-PB, também comissão do Conselho - Comissão Técnica
118 de Acompanhamento da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc. E que a comissão é
119 independente para acompanhar passo a passo a Lei Aldir Blanc. Pedro Santos agradeceu ao
120 Espaço Cultural a todos e a todas e disse que ia fazer um balanço geral - com uma breve
121 apresentação e compartilhamento de tela visual - do ponto de vista da implementação,
122 complementando os dados que ainda não foram expostos. O mesmo falou de cada Edital, bem
123 como da distribuição dos valores nos mesmos. Disse ainda que as falas que o antecederam,
124 sobretudo, as falas da Sociedade Civil, são questões legítimas e que acredita que, caso haja a
125 possibilidade de ocorrer a Lei Aldir Blanc II é interessante que se tenha a capacidade de
126 estabelecer diálogos com a Sociedade Civil para colher da Sociedade o que puder ser colhido,
127 evidentemente nem tudo pode ser aceito por haver limitações jurídicas, mas que é um processo
128 de diálogo. Caio falou que achou o prazo do inciso I curto, o Presidente concordou com a fala
129 de Caio e pediu para que Pedro explicasse este prazo. Pedro respondeu que os prazos do Inciso I
130 vieram de uma decisão discricionária, em que foi definido um prazo inicial e que poucos dias
131 antes desse prazo ser alcançado, houve uma determinação do Secretário de Cultura para que
132 ocorresse uma prorrogação do prazo. O conselheiro Severino (Bibiu) solicitou que fosse
133 divulgada a relação das diretorias da Secult, acompanhada de seus respectivos ocupantes e, se
134 possível, seus contatos. E solicitou um voto de pesar para a família do cantor Genival Lacerda e
135 um voto de aplauso para a escritora Marília Arnaud pelo Prêmio Kindle Internacional de
136 Literatura com o Livro O pássaro secreto. E, por fim, falou que as demandas são grandes na
137 Secretaria e que o Secretário deve criar um viés para cuidar da Lei Aldir Blanc e também das
138 outras coisas. O Secretário respondeu que a nota de pesar foi feita, tanto à família quanto nos
139 jornais, bem como os cumprimentos à Marília Arnaud.

140 **B) Perspectiva da eleição dos Conselheiros da Sociedade Civil** – Relatora: Mariah Marques
141 Mariah Marques falou sobre a proposta de novas inscrições para as Eleições deste Conselho,
142 afirmando ser sugerida as datadas de inscrições do dia 05 de abril até o dia 05 de maio, seguindo
143 o cronograma anterior, havendo duas localidades, por Região, para que fiquem as urnas de
144 votação, havendo a participação dos articuladores e com o apoio do Orçamento Democrático
145 para que a Secretaria possa estar representada em todas as regiões. Sendo as inscrições feitas de
146 forma online e a eleição de forma presencial. Informou que será criada uma Comissão Eleitoral
147 para acompanhamento do processo eleitoral. O Conselheiro Severino (Bibiu) solicitou que uma



148 das urnas fique na cidade em que há um conselheiro, para melhorar a logística. O Presidente
149 disse que colocará o assunto para a Comissão debater.

150 **C) Encerramento.**

151 O Presidente deste Conselho finalizou esta Reunião agradecendo a participação de todos e todas
152 na I Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba, do ano de 2021.
153 Nada mais havendo a ser tratado, eu, Larissa Costa, lavrei e assinei a presente Ata, que também
154 será assinada pelo Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba.

155

156

157

158

159

Damião Ramos Cavalcanti

160

Presidente do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba

161

162

163

164

165

166

167

Larissa Maria da Silva Costa

168

Secretária Administrativa do Conselho Estadual de Política Cultural da Paraíba.